



As Leis do Discurso na Literatura de Folheto Nordestina “O Poder de Ser Criança”¹

Rodrigo Emanuel de Freitas APOLINÁRIO²
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar as leis e princípios do discurso, diretamente ligados à retórica, defendidos por Dominique Maingueneau (1996), presentes na literatura de folheto nordestina, também conhecida como literatura de cordel, “O poder de ser criança”, da autoria de Rodrigo Apolinário. Apoiada no conceito de comunicação, em reflexões sobre a cultura popular, a literatura de folhetos e em quais são estas leis e princípios, a análise procura todas as experiências de diálogo presentes no enredo e encontra nelas a adequação de várias das leis e princípios na produção de discursos. A pesquisa também defende a literatura popular como um espaço amplo de manifestações discursivas. Para embasar nossas reflexões, lançaremos mão de Abreu (1999), Ayala (1987 e 2003), Peters (1999) e Fogolari e Borges (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Cultura Popular; Leis do Discurso; Literatura de folhetos.

INTRODUÇÃO

É comum do ser humano a necessidade de ser comunicar, seja para buscar parcerias, lutar por alimentos, dizer que ama etc. E todo processo de comunicação se dá no âmbito dialógico, onde um precisa do outro para que haja uma interação e as informações sejam decodificadas, havendo assim, de maneira ideal, um entendimento de ambos os lados, uma ação em comum, uma comunicação.

Através desse ângulo, nota-se que comunicar é uma ação básica para a vida em sociedade. E um dos elementos que media os acordos tácitos para que essa vida social aconteça é o discurso, que aqui está diretamente ligado à retórica, e na maioria das vezes é apresentado de maneira oral, mas que é representado em várias manifestações artísticas que envolvem o oral no escrito como a dramaturgia, o romance ou a literatura popular.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Mestrando em Literatura e Interculturalidade – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo (UEPB), e-mail: rodrigoapol@gmail.com



Para tanto, o presente trabalho se baseia, prioritariamente, em considerações do pesquisador Dominique Maingueneau e pretende observar as Leis do discurso na literatura de folheto nordestina, também conhecida como literatura de cordel, “O poder de ser criança” (Gráfica Júlio Costa, 2007), de nossa autoria, buscando entender como essas leis estão representadas em diálogos simples que envolvem o imaginário popular, mas não deixam de representar o mais íntimo dos relacionamentos humanos.

É válido ressaltar que a escolha em utilizar um texto de nossa autoria como *corpus* da nossa pesquisa foi tomada ao perceber que a análise a ser realizada neste estudo não busca observar os valores literários desse produto, mas olhar até que ponto as leis do discurso estão sendo utilizadas nos diálogos promovidos entre os personagens do enredo apresentado no texto.

1.) Os passos da comunicação

Para que possamos entender melhor o desenvolvimento do discurso, no âmbito da retórica, observa-se a necessidade de se definir comunicação e apresentar os passos da comunicação humana no desenvolvimento das relações sociais.

Tomando por base Peters (1999, p.6) “comunicação” é uma palavra que tem uma história rica [...] Deriva do latim *communicare*, que significa partilhar ou tornar comum. Já conforme Fogolari e Borges (2009, p.20-22), a comunicação humana passa por seis estágios, os quais são apresentados abaixo:

1. *Comunicação não-verbal*: O sistema linguístico ainda não havia conquistado o estágio de desenvolvimento necessário para comunicar e os homens utilizavam meios sonoros (tambor) e simbólicos (fogo, sinais, fumaça) para transmitir informações.
2. *Comunicação oral*: As línguas já surgem como instrumento de comunicação, facilitando assim, a troca de informações.
3. *Comunicação escrita*: Começa como pictograma (desenhos), passa pelo papiro, pergaminho, até chegar ao papel, onde acontece a revolução da propagação das informações. A partir daqui surgem as indústrias de comunicação.
4. *Comunicação de massa*: Aquela destinada ao grande público, cujas primeiras manifestações surgem no século XIX e se desenvolvem através do rádio, do cinema e da televisão até chegar às mídias digitais.
5. *Comunicação informática*: Momento de propagação dos computadores no uso



cotidiano da humanidade e época de influência desse meio nas transformações sociais.

6. *Comunicação multimídia*: o termo multimídia indica a utilização integrada das velhas e novas tecnologias para a realização da comunicação.

É importante ressaltar que de um estágio para outro aconteceu um processo evolutivo e nenhum estágio foi eliminado. Hoje, eles convivem entre si e se adaptam à realidade de cada novo tempo.

Olhando para o âmbito do discurso, percebe-se que o estágio da comunicação oral foi o grande precursor da utilização do discurso como meio de comunicação, mas que várias manifestações de escrita vêm documentando essas experiências orais, fazendo com que ele possa ser analisado, bem como suas leis possam ser compreendidas.

2.) Cultura Popular: manifestações em constante transformação

Inicialmente é preciso refletir sobre o que seria este ambiente tão amplo, o da cultura popular? Será que são apenas manifestações? Esta cultura sobrevive do passado ou vive no presente?

Partindo de conceitos e discussões que surgem no final do século XIX e vão se desenvolvendo até este início do século XXI, as pesquisas sobre cultura popular têm avançado na consciência de que tudo está em constante estado de transformação. Para perceber quais as principais considerações dessa trajetória, lançaremos mão de análises e pesquisas de Maria Ignez Novais Ayala e Marcos Ayala sobre o tema.

Sendo assim, no contexto da cultura popular, tem-se percebido que existem dois grandes pilares de percepções. Um entende estas manifestações culturais como aquelas que sobreviveram do passado, já o outro percebe o processo de transformação, este defendido pelos Ayala. Conforme eles, no livro *Cultura Popular no Brasil* (1987), observam-se

[...] os trabalhos que insistem em ver as manifestações de cultura popular como sobrevivências do passado no presente, como práticas isoladas, cristalizadas, imutáveis. Este tipo de enfoque é que pode ser considerado anacrônico, “atrasado”, pois desconhece estudos que vêm as práticas culturais populares da mesma maneira que qualquer manifestação da cultura, como parte de um contexto sociocultural historicamente determinado. Este



contexto as explica, torna possível sua existência e, ao se modificar, faz também com que aquelas práticas culturais se transformem (AYALA e AYALA, 1987, p.8-9).

O mesmo, Maria Ignez Ayala vai defender no artigo “Aprendendo a apreender a cultura popular” (2003), no qual ela lembra a realidade da transformação humana, afinal o homem vive em constante processo de construção e desconstrução de idéias e é preciso entendê-lo como o resultado dessas transformações. Para a pesquisadora,

antes de tudo, a cultura popular é feita e desenvolvida por gente e deve-se manifestar interesse por essa gente, ouvindo o que tem a dizer, prestando atenção em suas explicações, naquilo que acreditam essas pessoas, na sua maneira de ver o mundo (AYALA, 2003, p.99).

Nesse sentido, as discussões se aprofundam quando se nota a necessidade real de perceber que este contexto e esta história não são cristalizados, estagnados e que as manifestações de cultura popular não, simplesmente, chegam a sumir. Para os Ayala “as práticas culturais populares, na verdade, se modificam, juntamente com o contexto social em que estão inseridas, sem que isso implique necessariamente sua extinção” (1987, p.20).

2.1.) Pesquisadores provocam mudanças

Partindo deste posicionamento que aponta a cultura popular em constante estado de transformação, os Ayala relembram os pontos de vista de alguns pesquisadores. Dentre eles, destaca-se Amadeu Amaral, que atuou com destaque na década de 1930. Ele provoca um aprofundamento das discussões sobre cultura popular e marca como surgiu a perspectiva da transformação.

Segundo Amaral, é necessário observar as manifestações da cultura popular por vários ângulos, pois existem pesquisadores que se concentram em um olhar e esquecem de outros. E ele desenvolve um método de pesquisar a cultura popular, no qual existe

a necessidade de que os registros de qualquer manifestação devam ser acompanhados de informações sobre o local de ocorrência, a situação de pesquisa, as pessoas envolvidas (sexo, idade, condição social), bem como sobre o que podemos chamar de contexto: no caso da poesia, as músicas e as danças que a complementam, as crenças, as práticas e os costumes que estejam ligados aos



poemas coletados. [...] os estudos de cultura popular devem partir de dados concretos (AYALA e AYALA, 1987, p. 22)

Na perspectiva da trajetória e de perceber os dados concretos perante a pesquisa, o próprio Amaral, em parceria com o escritor e também pesquisador em cultura popular, Mário de Andrade, dão um salto nas reflexões sobre este tema e reconhecem manifestações de cultura popular na zona urbana, até então, na década de 1930, só percebidas na zona rural. Este marco apresenta um novo cenário e também desenvolve as pesquisas sobre estas manifestações culturais.

2.2.) Dominantes X Dominados

Porém, agora sendo observada também nos âmbitos rural e urbano e com as transformações sociais que o mundo sofre, a partir do surgimento da dicotomia capitalismo/socialismo, das “definidas” posições sociais, onde uns dominam e outros seriam dominados, a cultura popular se desenvolve sofrendo represálias, em especial, no ambiente acadêmico, devido à associação freqüente de suas manifestações às classes dominadas:

Na universidade muitos insistem em achar que não é arte, que não é cultura, que não é literatura aquilo que iletrados e semi-letrados fazem. Só aceitam quando encontram alguma vinculação com algum momento passado da cultura européia, por exemplo. [...] São descartados os contextos sócio-culturais, o sentido que as atividades culturais, as práticas, os processos têm para as pessoas que as fazem, as escolhem, as elegem por gosto, por costume, por preceito ou por qualquer outro motivo. (AYALA, 2003, p. 98-99)

A partir de agora, é preciso questionar outros pontos. Além da consciência de que a cultura popular é feita por “gente”, está em constante transformação, como acontecem as relações de poder entre as classes dominada e dominante dentro deste contexto cultural?

Para os Ayala, essa relação é tendenciosa e depende da consciência crítica de cada grupo gerador de manifestações culturais populares.



A cultura popular, portanto, expressa as condições de existência e os pontos de vista e interesses das classes dominadas. Ao mesmo tempo, porém, internaliza concepções que atendem os interesses das classes dominantes, o que se explica a partir do conceito gramsciano de hegemonia. (AYALA e AYALA, 1987, p.57)

E esta contradição precisa ser percebida dentro de uma realidade constante da cultura popular, afinal essas duas classes continuam presentes nas divisões sociais e elas acabam convivendo em predominantes experiências de relações de poder. Para se ter uma idéia, as manifestações de cultura popular

[...] veiculam as concepções de mundo que atuam no sentido de manter e reproduzir a dominação, a exploração econômica, enfim, as desigualdades entre os diversos setores da população. Simultaneamente expressam a consciência que seus produtores e consumidores têm dessa desigualdade e de sua própria situação, subordinada, na estrutura social, veiculando, também, pontos de vista e posições que contestam a ideologia dominante, podendo, portanto, para contribuir, não para a reprodução, mas para a transformação da estrutura social vigente (AYALA e AYALA, 1987, p. 58).

Assim Marcos e Maria Ignez Ayala (1987) encontram algumas considerações concisas de quais são as características da cultura popular. Conforme eles são “a heterogeneidade, a ambiguidade, a contradição, não só nos aspectos formais, em que a diversidade salta a vista, mas também em termos dos valores e interesses que veicula, ou seja, no nível político-ideológico” (p.60).

3.) A literatura de folhetos nordestina e a representação das relações humanas

O *corpus* desta pesquisa é uma literatura de folheto nordestina. Para tanto, antes de adentrarmos no âmbito das leis do discurso, também é relevante apresentar uma contextualização sobre o que representa este segmento dentro do universo literário.

Inicialmente é preciso destacar que em vez de utilizar o termo literatura cordel, tão conhecido no ambiente acadêmico, o presente estudo chama este objeto de literatura de folheto nordestina, apoiando-se nos apontamentos da pesquisadora Márcia Abreu



(1999, p.125), para quem “a apregoada filiação dos folhetos nordestino à literatura de cordel portuguesa, embora não se sustente após uma comparação atenta, faz parte do senso comum, chegando a parecer *natural*”.

Com esta constatação, a pesquisadora levanta a ‘bandeira’ de que não existe uma literatura de cordel brasileira e sim uma literatura de folhetos nordestina. Ela destaca a imposição européia quando afirma ainda que “uma visão eurocêntrica,[...] faz com que só se consiga conceber a criação de novas formas - sejam elas literárias, políticas, de comportamento, ou outras quaisquer – partindo de grandes centros europeus”(p.126).

Sendo assim, é relevante ressaltar que a literatura de folhetos nordestina tem sua origem na impressão de textos orais, apresentados em cantorias de viola, no final do século XIX. Em seguida, vários poetas começam a publicar seus próprios versos em folhetos. Segundo a própria Márcia Abreu (1999, p.91), "não se sabe quem foi o primeiro autor a imprimir seus poemas, mas seguramente, Leandro Gomes Barros foi o responsável pelo início da publicação sistemática. E, em um folheto de 1907, ele afirmava escrever poemas desde 1889”. As publicações de Leandro Gomes de Barros eram feitas e comercializadas em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Dona de um público leitor de várias idades e identidades, especialmente nordestino, esta é uma literatura que preza pela linguagem mais simples e propaga histórias fictícias e reais que se assemelham com a realidade dos seus autores. Para tanto, percebe-se que a literatura de folhetos nordestina, além dos espaços já consagrados como a dramaturgia e o romance, também é um campo propício para o desenvolvimento de personagens que se utilizem das leis do discurso nas suas relações sociais.

4.) As leis do discurso

Após observar os passos da comunicação humana e entender um pouco mais sobre a literatura de folhetos nordestina, chegou o momento de aprofundar a discussão sobre as leis do discurso.

No seu livro “Pragmática para o discurso literário” (Martins Fontes, 1996), Dominique Maingueneau publica um capítulo destinado às leis do discurso e discorre sobre vários princípios e leis que são seguidas, muitas vezes, sem saber que o fazem, por todos os seres humanos que se utilizam da comunicação retórica no processo de



interação social. Para tanto iremos discorrer sobre cada um desses princípios e leis apontadas pelo pesquisador.

1. *Princípio da cooperação*: Maingueneau entende que “cada um dos protagonistas reconhece a si e a seu co-enunciador os direitos e os deveres vinculados à elaboração do intercâmbio” (p.117). Aqui é importante perceber que se não acontecer esse princípio da cooperação, cada locutor vai emitir informações solitárias. Neste exemplo, o processo de comunicação não acontece porque o receptor não coopera, não dirige sua atenção, não decodifica as informações.
2. *Princípio da pertinência*: “Para interpretar os enunciados do locutor, o destinatário presume que ele respeita o axioma de pertinência” (p.118). Neste princípio, o locutor precisa discorrer sobre um assunto coerente ao destinatário para que este compreenda e possa acontecer a comunicação. Aqui nota-se a ressalva das palavras de uma pessoa reconhecida, que “serão sempre presumidas pertinentes, enquanto as de uma pessoa sem crédito serão desqualificadas com facilidade” (p.119).
3. *Princípio da sinceridade*: Dentro das leis do discurso, esse princípio é um dos mais delicados, pois “oscila-se entre uma concepção 'cínica' [...] (não existe nem sinceridade, nem falta de sinceridade, mas sujeitos que dizem o que é necessário para serem integrados numa coletividade)” (p.121), ou seja, a prática humana em exercer papéis (como os teatrais) dependendo do local de interação social; e “uma concepção psicológica ou ética (ser sincero é dizer o que pensa)” (p.121), colocando em desconforto as relações sociais, pois, será que o outro está preparado para a sinceridade?
4. *Lei da informatividade*: Ela “exclui que se fale 'para não dizer nada'. Seu manejo, porém, não é simples. A noção de informatividade varia em função dos destinatários e dos contextos” (p. 123). Esta lei aponta a necessidade de um discurso que realmente informe, aponte novidades para o destinatário e este encontre valor no discurso.
5. *Lei da exaustividade*: “Supõe-se que o locutor deva dar um máximo de informações, mas apenas as que são suscetíveis de convir ao destinatário” (p.125). Aqui se descobre a necessidade de ser objetivo ao discursar e que os detalhes podem cansar o destinatário, gerando ruídos no processo de comunicação.
6. *Lei de modalidade*: “Por ela são condenados os múltiplos tipos de obscuridade



na expressão (frases complexas demais, elípticas, vocabulário ininteligível, titubeios etc.) e a falta de economia nos meios” (p.126). Esta lei retira os ruídos linguísticos do enunciado, visando um discurso limpo e compreensível.

5.) As leis do discurso em “O poder de ser criança”

Após todos os apontamentos sobre a comunicação, a literatura de folhetos do nordeste e, por último, sobre as leis do discurso, observa-se no folheto “O Poder de ser criança”, a presença de algumas destas leis. O enredo do folheto relata a história do General Ventura, um menino que deseja ser criança pra sempre porque foi convencido, até pela sua própria mãe, que quem crescer sofrerá com a “tristeza da altura”.

No primeiro 'possível' diálogo do texto, a mãe de Ventura grita: “- Ventura! Seu maluvido/ Num tá me escutando não?/ Vou puxá-lo pela mão/ Vá limpar o seu ouvido” (p.2) e na estrofe seguinte o narrador declara que Ventura “Para chamar atenção/ Fingia não escutar”. Aqui encontramos a ausência da lei da cooperação, onde a mãe fala com o protagonista que, mesmo ouvindo, finge não escutar, gerando uma barreira no processo de comunicação, onde o discurso não atinge a sua meta de ser meio de informação que estimula os outros a responderem, não gerando, inclusive, o diálogo. Aqui é importante ressaltar que Ventura tem a consciência de que ao não responder a sua mãe está barrando um diálogo, o que o faz chamar a atenção dela.

Este primeiro exemplo também se refere a outro olhar de Maingueneau quando ele percebe que “na medida em que é preciso ser dois para conversar, o sujeito mais egoísta é preciso se submeter”, sendo assim, no processo dialógico, como Ventura não se submeteu, não houve interação entre ele e a mãe, ou seja, independente de quem seja egoísta ou não, é preciso que pelo menos um se submeta à fala do outro.

Indo à frente no enredo, encontra-se outro discurso que merece ser analisado. Ventura está comemorando idade nova e ‘estica’ (cresce) mais que o normal, sentindo uma grande dor e pergunta a sua mãe “- Mainha que dor é essa?/ Que aperta meu coração/ Dá vontade de chorar/ De gritar, cair no chão” (p. 4). E sua mãe responde: “- Ai, ninguém pode escapar/ Meu Ventura, dessa dor/ A criança vai morrendo e o adulto vem em flor/ Não esqueça desse instante/ Pois a dor será constante/ Para sempre, sem amor!” (p.5).

Neste exemplo, já se encontra o princípio da cooperação, pois ambos personagens estão dispostos a se submeterem à troca de informações e interação. Mas



também é possível encontrar outros exemplos de princípios e leis, como o princípio da pertinência, já que a mãe aponta uma resposta coerente, de acordo com as suas próprias experiências, à resposta do filho, o que também prova a existência do princípio da sinceridade, bem como o da informatividade.

Nem a pergunta de Ventura, bem como a resposta da mãe são exaustivas, inclusive, pelas necessidades da produção da literatura de folhetos que requer um texto sempre objetivo, portanto, não fere à lei da exaustividade. Já a lei de modalidade também é seguida, devido à outra exigência da literatura de folhetos que indica uma linguagem simples, para que a leitura seja mais fácil e compreensível.

Outro momento que marca a narrativa é a oração que Ventura faz para não sentir a dor de quem cresce. “- Eu não vou sossegar/ Sem ter com Deus conversado [...] - Meu Deus Pai, senhor bendito/ Ei, me ajude por favor/ Cure esse meu coração” (p. 5). E Deus responde em ações concretas, o que é percebido quando o narrador responde “A partir daquele instante/ Se mudava nossa história/ Pois o guri que crescia/ (Olha gente, que vitória!)/ Não sentia a dor dormente/ Mas florescia a semente/ Da criança, nossa glória!” (p.7).

Nesse trecho da narrativa, nota-se uma resposta do narrador ao discurso, dirigido a Deus, iniciado pelo protagonista. Só que esta resposta vem através de um discurso subentendido, já que o narrador não era o destinatário oficial. Ele esclarece ao leitor uma resposta positiva ao pedido feito por Ventura a Deus, promovendo assim uma atenção ao princípio da pertinência, já que era esperada uma resposta positiva ou negativa à oração, além do princípio da cooperação, já que Deus oferece uma resposta ao pedido de Ventura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo é possível perceber a existência das leis do discurso nas interações orais, que promovem a comunicação na vida cotidiana, representadas na literatura de folhetos nordestina. Além disso, é uma oportunidade de reforçar o olhar da pesquisa para manifestações de discurso que estão presentes em qualquer diálogo e que são praticadas com frequência sem que, em muitas situações, os próprios locutores se dêem conta de que o fazem.

Esta pesquisa reflete ainda sobre como a literatura popular está viva e, seguindo as diretrizes do próprio fazer literário, representa ações, sentimentos, experiências



humanas, através das palavras, diálogos, discursos, etc. Espera-se que esta iniciativa estimule outros estudiosos a analisar as leis do discurso em outros âmbitos, para que possamos construir discursos mais conscientes, diminuindo assim os famosos ruídos de comunicação que podem gerar discussões e embates, prejudicando o convívio social.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas (SP): Mercado das Letras, 1999.
- AYALA, M. e AYALA, M. I. N. **Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- AYALA, M. I. N. “Aprendendo a apreender a Cultura Popular”. In: PINHEIRO, Hélder (org.). **Pesquisa em Literatura**. Campina Grande: Bagagem, 2003.
- APOLINÁRIO, R. E. F. **O poder de ser criança**. Campina Grande: Gráfica Júlio Costa, 2007.
- FOGOLARI, É. M. e BORGES, R. S. **Novas fronteiras da Pastoral da Comunicação: Diretrizes e propostas de atuação**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- MAINGUENEAU, D. **As leis do discurso**. In: MAINGUENEAU, Dominique. Pragmática para o discurso literário. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PETERS, J. D. **Speaking into the air – a history of the idea of Communication**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1999.